

**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE MONTES CLAROS E REGIAO - MG, CNPJ N. 19.777.689/0001-93, NESTE ATO REPRESENTADO (A) POR SEU PRESIDENTE, SR. OSANIAN GONCALVES DOS SANTOS, E MART MINAS DISTRIBUICAO LTDA, CNPJ N.º 04.737.552/0019-67, LOCALIZADA NA AV. FRANCISCO CAETANI, N.º 2029, BAIRRO MAJOR PRATES, CEP. 39.403-202, EM MONTES CLAROS-MG, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SEU SÓCIO, SR(A). MURILO MARTINS AMARAL, CELEBRAM O PRESENTE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, ESTIPULANDO AS CONDIÇÕES DE TRABALHO PREVISTAS NAS CLÁUSULAS SEGUINTE:**

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de Fevereiro de 2016 a 31 de janeiro de 2017 e a data-base da categoria em 1º de fevereiro.

### CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da empresa acordante, abrangerá a categoria dos empregados representados por esta entidade, com abrangência territorial em Montes Claros/MG.

### Salários, Reajustes e Pagamento Piso Salarial

### CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO DE INGRESSO NA CATEGORIA

Aos empregados que estão ingressando na empresa(s) a partir de 1º de fevereiro 2016, pelo período de experiência de 90 (noventa) dias, terão como salário inicial o valor:

<b>Auxiliar de Operações, Auxiliar de Pécíveis, Auxiliar de Hortifrut, Auxiliar de Padaria e demais empregados</b>	<b>R\$ 1.019,00</b>
<b>Operador de Caixa</b>	<b>R\$ 1.037,00</b>

### CLÁUSULA QUARTA - SALÁRIO DA CATEGORIA

As partes convencionam os seguintes salários para os empregados da empresa a partir do vencimento do período de experiência previsto na Cláusula acima:

<b>Auxiliar de Operações, Auxiliar de Pécíveis, Auxiliar de Hortifrut, Auxiliar de Padaria e demais empregados</b>	<b>R\$ 1.128,00</b>
<b>Operador de Caixa</b>	<b>R\$ 1.167,00</b>

### CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE SALARIAL

As partes ajustam que o salário dos empregados que ganham acima do piso salarial estabelecido serão reajustados em fevereiro de 2016 – data base da categoria profissional, no percentual de 12% (Doze por cento) a incidir sobre os salários vigentes.

### PARÁGRAFO PRIMEIRO

Na aplicação do índice acima já se acham compensados os aumentos espontâneos e/ou antecipações salariais concedidos no período de 1.º de fevereiro de 2015 a 31 de janeiro de 2016.

**Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros  
Gratificação de Função**




## **CLÁUSULA SEXTA - GRATIFICAÇÃO DE QUEBRA DE CAIXA**

As partes ajustam que o empregado que exerça a função de Operador de Caixa, receberá a título de Quebra-de-Caixa o valor mensal de **10% do Salário bruto do empregado**, por essa função.

### **Outras Gratificações**

## **CLÁUSULA SÉTIMA - - GRATIFICAÇÃO (CESTAS BÁSICA)**

Convencionam as partes para que haja permissão de trabalho dos empregados nos dias feriados a Empresa concederá uma cesta básica , através cesta básica de Alimentos, Ticket Alimentação, Cartão ou Vale compra na folha de pagamento, o benefício será concedido até do décimo quinto dia do mês subsequente, sem prejuízo das demais vantagens prevista na cláusula que trata de feriado.

## **PARÁGRAFO ÚNICO:**

Fica autorizado a empresa descontar dos seus empregados o valor máximo de R\$3,00 (três reais) na concessão através cesta básica de Alimentos, Ticket Alimentação, Cartão ou Vale compra na folha de pagamento.

### **Adicional de Hora Extra**

## **CLÁUSULA OITAVA - HORAS EXTRAS**

As horas extras serão pagas com um adicional de 100% (Cem por cento) sobre o Salário normal, ficando expressamente permitida a compensação nos termos da cláusula Décima Oitava.

## **CLÁUSULA NONA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

Fica assegurada a concessão do adicional de insalubridade em grau médio, calculada pelo percentual de 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo para todos os empregados que trabalham no setor de perecíveis.

### **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades Aviso Prévio**

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DISPENSA POR ESCRITO**


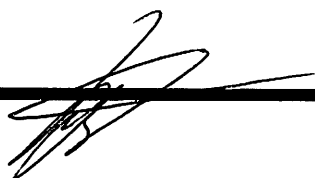
No ato da dispensa do Empregado, a empresa deverá comunicá-lo por escrito.

### **Outras normas referentes à admissão, demissão e modalidades de contratação**

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RECEBIMENTO DE PIS**

Fica o empregado autorizado a se ausentar do trabalho pelas horas necessárias para recebimento do PIS, salvo quando este receber o benefício através da empresa.

### **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades Normas Disciplinares**



## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONFERÊNCIA PARA RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO DE EMPREGADO.

CONSIDERANDO que a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº15 de 14 de julho de 2010, da Secretaria de Relações do Trabalho, estabeleceu procedimentos para assistência aos empregados nas homologações das rescisões de contrato de trabalho; e que no momento da homologação o agente homologador terá que observar todos os critérios previstos pela referida instrução, bem como o artigo 477 e seus incisos da CLT, também observando que no momento da homologação o empregado normalmente fica constrangido em prestar informações ao agente homologador devido à presença do patrão ou preposto, ficam adotadas as seguintes normas a partir deste Acordo Coletivo de trabalho:

### PARÁGRAFO PRIMEIRO

Toda rescisão de contrato de trabalho de empregado que tenha acima de um ano de registro será precedida de conferência privativa com o empregado no Sindicato Laboral ou em um Departamento deste antes da expiração do prazo para homologação.

### PARÁGRAFO SEGUNDO

A empresa deverá encaminhar o empregado juntamente com a documentação exigida para homologação ao Sindicato Profissional, com antecedência mínima de 02 (dois) dias da data da homologação, para a conferência e esclarecimento ao empregado dos seus direitos.

### PARÁGRAFO TERCEIRO

Após a conferência a empresa deverá agendar a data da homologação observando o prazo previsto na instrução normativa Nº15 de 14 de julho de 2010, da Secretaria de Relações do Trabalho e o artigo 477 inciso 6º da CLT.

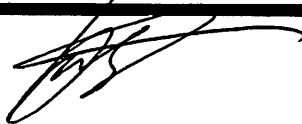
### PARÁGRAFO QUARTO

A empresa é obrigada a comparecer perante o Sindicato Profissional dentro do prazo previsto na instrução normativa Nº15 de 14 de julho de 2010, da Secretaria de Relações do Trabalho e o artigo 477 inciso 6º da CLT, para fazer a homologação, independente de ter quitado as verbas rescisórias através de depósito bancário, sob pena da multa prevista no inciso 8º do artigo 477 da CLT.

### PARÁGRAFO QUINTO

Para que sejam homologadas as rescisões contratuais junto ao Sindicato da Categoria Profissional, a empresa fica obrigada a apresentar os documentos a seguir relacionados, sob pena de não ser efetuada a homologação:

- a. TRCT em 5 (cinco) vias;
- b. CTPS com anotações devidamente atualizadas;
- c. Livro ou ficha de registro de empregados;
- d. Comprovante do aviso prévio ou pedido de demissão;
- e. Comunicação da conectividade;
- f. Extrato analítico atualizado até a data da homologação da conta vinculada do empregado no FGTS e comprovante de depósito da multa rescisória;
- g. Requerimento do CD/SD;
- h. Atestado demissional;
- i. Carta de preposto;
- j. Apresentação da Ficha financeira dos últimos 12 meses;
- k. Carta de referência (em caráter facultativo);
- l. Apresentação PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário);



m. Forma de pagamento: dinheiro ou cheque visado.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONFERÊNCIA DE VALORES**

A conferência de valores de caixa será feita sempre na presença do empregado por ele responsável.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CHEQUES SEM FUNDOS**

É vedado à empresa descontar dos salários dos empregados as importâncias correspondentes a cheques sem fundos recebidos de fregueses, desde que o empregado tenha cumprido as normas da empresa quanto ao recebimento de cheques.

**Ferramentas e Equipamentos de Trabalho**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - MATERIAL USADO PELO EMPREGADO**

O empregador deverá fornecer gratuitamente ao empregado, todo o material por ele usado em seu trabalho, caneta, tesoura, calculadora, lápis, borracha, etc.

**Estabilidade Mãe**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ESTABILIDADE GESTANTE**

Será assegurada à comerciária gestante, a estabilidade provisória no emprego, a partir do início da gravidez e até 60 (sessenta) dias após o término da licença obrigatória do INSS.

**Outras Normas Referentes a Condições para o Exercício do Trabalho**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO**

Os descontos efetuados nas verbas salariais e/ou indenizatórias do empregado, desde que por ele autorizados por escrito, serão válidos de pleno direito.

**PARÁGRAFO ÚNICO:**

Os descontos objeto desta cláusula compreendem os previstos no artigo 462 da C.L.T. e os referentes à assistência médica e/ou odontológica, mensalidades de grêmios associativos ou recreativos dos empregados, desde que o objeto dos descontos tenha direta ou indiretamente beneficiado o empregado e/ou seus dependentes.


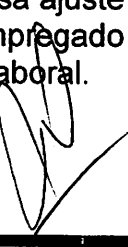
**Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas  
Prorrogação/Redução de Jornada**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - BANCO DE HORAS**

O banco de horas será disciplinado da seguinte forma:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

As partes estabelecem a jornada flexível de trabalho, de modo a permitir que a empresa ajuste o potencial da mão de obra à demanda consumidora. Sempre comunicando ao empregado com antecedência mínima de (03) três dias sobre qualquer alteração em sua jornada laboral.



## PARÁGRAFO SEGUNDO

A prorrogação da jornada de trabalho, na forma disposta no parágrafo 2º do Art. 59 da CLT e seus incisos, poderão abranger a todos os empregados da empresa.

## PARÁGRAFO TERCEIRO

O sistema de flexibilização não prejudicará o direito dos empregados quanto ao intervalo para alimentação, período de descanso entre duas jornadas diárias de trabalho e repouso semanal remunerado.

## PARÁGRAFO QUARTO

O banco de horas será formado pelos créditos e débitos da jornada flexível.

## PARÁGRAFO QUINTO

O critério de conversão face o trabalho prestado além da jornada diária será na proporção de uma hora trabalhada por uma de descanso.

## PARÁGRAFO SEXTO

As horas extras compensadas com descanso ou folga não terão reflexos no descanso semanal remunerado, férias, aviso prévio, 13º salário, ou qualquer verba salarial.

## PARÁGRAFO SÉTIMO

A compensação de hora excedente deverá ocorrer no período máximo de 60 (sessenta) dias. A empresa poderá por conveniência administrativa, optar pelo pagamento das horas extras efetivamente trabalhadas, acrescido do percentual adicional de 100% (cem por cento).

## PARÁGRAFO OITAVO

Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, sem que tenha havido total compensação das horas extras realizadas, estas deverão ser quitadas, em destaque, no termo de rescisão contratual, acrescido do percentual de 100% (cem por cento).

### Compensação de Jornada

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DIA DO COMERCÍARIO

A Empresa concede aos seus empregados abrangidos pelo presente ACT, a Segunda-feira de Carnaval como efeito de feriado para comemoração do seu dia.

### Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

## CLÁUSULA VIGÉSIMA - PRORROGAÇÃO DA JORNADA DO ESTUDANTE

Fica proibida a prorrogação da jornada de trabalho do empregado estudante no período letivo, caso venha a prejudicar o seu comparecimento às aulas em cursos regulares.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - AUSÊNCIA DO ESTUDANTE PARA PROVAS

Fica assegurado ao empregado estudante, nos dias de provas ou exames escolares, que coincidam com o horário de trabalho, sua ausência da empresa 02 (duas) horas antes e até 01 (uma) hora após o término da prova ou exame, desde que pré-avise ao empregador com um mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, e depois comprove o seu comparecimento às provas ou exames por documento fornecido pelo estabelecimento de ensino.

### Outras Disposições sobre Jornada

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOMINGOS E FERIADOS

Fica facultado o funcionamento da empresa nos domingos e feriados, desde que sejam cumpridas as obrigações trabalhistas e atendido o presente acordo coletivo de trabalho.

## PARÁGRAFO PRIMEIRO

As partes ajustam que não haverá funcionamento na empresa nos seguintes feriados: 25 de Dezembro/2016 (Natal) e 01 de Janeiro/2017 (Confraternização Universal).

## PARÁGRAFO SEGUNDO

A jornada máxima estabelecida para trabalhos em dias de domingos e feriados será de 6h (seis horas).

## PARÁGRAFO TERCEIRO

Para o trabalho nos feriados que trata este termo de acordo, a empresa deverá fornecer vales transporte aos seus empregados que trabalharem conforme a lei.

## PARÁGRAFO QUARTO

O empregado que trabalhar em dias de domingos terá a folga compensatória de segunda a sábado da semana seguinte ao domingo trabalhado.

## PARÁGRAFO QUINTO

Fica assegurado aos empregados que trabalharem nos Feriados o pagamento do dia em dobro sem prejuízo do repouso semanal remunerado de acordo com enunciado do 146 do TST, que deverá ser pago juntamente com a folha de pagamento do mês do referido feriado trabalhado. Para este valor a ser pago a empresa se exime de dar a folga compensatória.

### Saúde e Segurança do Trabalhador Uniforme

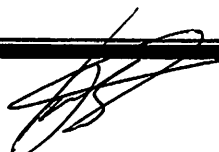
## CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - UNIFORMES

Fica estabelecido que o empregador fornecerá gratuitamente uniformes ao empregado, quando de uso obrigatório, inclusive calçados, se exigido determinado tipo.

### Relações Sindicais Contribuições Sindicais

## CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL DOS EMPREGADOS

A empresa, como simples intermediária, descontará da remuneração de seus empregados, em todos os meses de vigência do presente ACT, a importância fixada pela Assembleia Geral da Categoria, no percentual de 1% do salário ao mês, recolhendo os valores em prol da Entidade Sindical Profissional, a título de contribuição assistencial Negocial. Na fixação do valor, o Sindicato Profissional deverá observar a legislação em vigor e, sendo o caso, Termo de Ajustamento de Conduta entre ele e o Ministério Público do Trabalho.



## PARÁGRAFO PRIMEIRO

O desconto previsto no "caput" será efetuado por ocasião do pagamento do salário de todos os empregados abrangidos pelo presente ACT, e de todos os que vierem a ser admitidos no curso da vigência da deliberação da assembléia geral da categoria profissional, sendo a importância correspondente recolhida ao sindicato profissional até o dia 10 (dez) do mês subsequente a data de cada desconto, em guia própria fornecida pela entidade sindical.

## PARÁGRAFO SEGUNDO

O recolhimento dos valores além dos prazos estabelecidos será acrescido de multa de 2% (dois por cento), juros moratórios e atualização monetária pela variação do IGP-M.

## PARÁGRAFO TERCEIRO

O sindicato profissional ficará responsável e responderá individualmente por quaisquer reclamações judiciais ou extrajudiciais, que decorram do desconto previsto no "caput", ficando a empresa isenta de qualquer responsabilidade pelo efetivo desconto.

## PARAGRAFO QUARTO

Fica assegurado aos empregados o direito de oposição ao referido desconto, desde que formalmente comunique ao sindicato, pessoalmente, individualmente e de próprio punho, contra recibo, até, no máximo, 30 (trinta) dias a contar da data da assinatura deste, inclusive.

## PARAGRAFO QUINTO

A empresa, dentro de suas possibilidades, colaborará com a entidade sindical profissional na sindicalização de seus empregados, em especial na admissão. Fica pactuado, também, que quando solicitado pelo sindicato profissional, a empresa permitirá a filiação sindical nos locais de trabalho, com hora, dia e tempo marcados pelo empregador.

### **Outras disposições sobre relação entre Sindicato e empresa**

## CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ABONO REVERTIDO EM BENEFÍCIOS

Ficou acertado um auxílio em benefício dos empregados a ônus da Empresa para custeio de benefícios concedidos pelo Sindicato Laboral, no valor **R\$ 14,00 (Quatorze reais)** mensais, por empregado, que será mantido pela empresa e repassado ao sindicato profissional da seguinte forma:

## PARÁGRAFO PRIMEIRO

A empresa fica obrigada a proceder aos recolhimentos do Abono Revertido em Benefício, em favor da entidade Profissional até o dia 10 (Dez) de cada mês na conta corrente C/C - 2158-0, do Banco-756 BANCOOB do CREDIMONTES, Agência 4134, Montes Claros, em guia própria fornecida pela entidade sindical.

## PARÁGRAFO SEGUNDO

Este benefício será para cobertura a todos os funcionários da empresa, que consiste em conceder atendimento médico e odontológico, prestados pelo Sindicato Profissional, tendo por objetivo suprir as necessidades básicas da área de saúde.

## PARÁGRAFO TERCEIRO

Por se tratar de benefício concedido aos trabalhadores através de Acordo Coletivo de trabalho, o sindicato profissional possui legitimidade para exigir o cumprimento dos dispositivos pactuados nesta cláusula, sem prejuízo de aplicação das penalidades previstas no instrumento normativo da categoria.

## PARÁGRAFO QUARTO

Fica desde já pactuado que, caso a empresa passe a fornecer aos seus empregados PLANOS DE SAÚDE particular, para cada empregado que houver adesão ao plano de saúde particular, fica a Empresa isenta do pagamento do abono do mesmo aqui estipulado, sem qualquer ônus, desde que envie ao Sindicato Laboral, relação mensal dos participantes do Plano de Saúde particular, sob pena de ter que pagar o valor acordado nesta cláusula na totalidade.

### Disposições Gerais Descumprimento do Instrumento Coletivo

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - MULTA

Caso a empresa venha a descumprir qualquer das cláusulas ou condições ajustadas no presente Acordo Coletivo de Trabalho, pagará a cada empregado prejudicado, multa em valor equivalente a 50% (Cinqüenta por cento) do salário da categoria, a ser efetuado no mês em que ocorreu o descumprimento da referida cláusula.

### Outras Disposições

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - EFEITOS JURÍDICOS

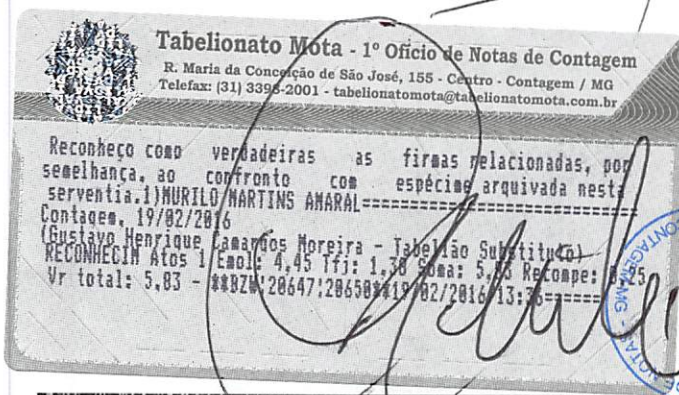
Aplica-se as disposições legais que regem a matéria de modo especial o inciso XXI da Instrução nº 04 do TST.

E por estarem assim ajustadas e contratadas, assinam o presente Acordo em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, com todas as formalidades legais.

Montes Claros, 15 de fevereiro de 2016.

**OSANAN GONCALVES DOS SANTOS - PRESIDENTE  
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE MONTES CLAROS E REGIAO - MG**

*Murilo Martins Amaral*  
**MURILO MARTINS AMARAL  
MART MINAS DISTRIBUIÇÃO LTDA**







**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO/MG**  
**GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DE MONTES CLAROS**

**OFÍCIO DE NOTIFICAÇÃO/GRTE/MONTES CLAROS/MG /Nº 042 /2016**  
\_\_\_\_\_/MG , 06 de abril de 2016.

Referência: Solicitação nº **MR010921/2016**  
Processo nº **46246.000705/2016-11**  
**ACORDO COLETIVO DE TRABALHO**

Aos Senhores

**OSANAN GONCALVES DOS SANTOS - Presidente**  
**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE MONTES CLAROS E REGIAO - MG -**  
**19.777.689/0001-93**

**MURILO MARTINS AMARAL - Diretor**  
**MART MINAS DISTRIBUICAO LTDA - 04.737.552/0019-67**

Prezados Senhores,

Por meio do presente, NOTIFICAMOS que o instrumento coletivo acima referido, transmitido pela Solicitação nº MR010921/2016 e protocolizado no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº 46246.000705/2016-11, foi registrado nesta Unidade do MTE sob o nº MG001357/2016.

Atenciosamente,

**SETOR DE RELAÇÕES DO TRABALHO**  
**GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DE MONTES CLAROS/MG**

*Kátia Márcia Duarte*  
Chefe SETOR DE R.T. Claros - MG  
MAT. 0753561